



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MM

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA CAUTELAR INOMINADA N. 0317953-3

AGRAVANTE : ROBSON ARAÚJO DO NASCIMENTO  
ADVOGADO : JOSÉ FOERSTER JÚNIOR OAB/PE 07368  
AGRAVADO : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : ANTÔNIO FIGUEIREDO GUERRA BELTRÃO  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. MEDIDA CAUTELAR INOMINADA. JULGAMENTO DO APELO. PERDA SURPEVENIENTE DO OBJETO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO. UNANIMIDADE.

1. Encerrado o processo principal, no qual se amparou o pedido cautelar, extingue-se o processo a este relativo, por perda do objeto (RSTJ 147/247 in Código de Processo Civil Comentado, Theotonio Negrão, 42ª Edição, 2010).
2. *In casu*, ocorreu o julgamento do recurso de apelação (processo principal), decidindo-se, na ocasião, pela legalidade do ato administrativo guerreado, e consequentemente, a reprovação do candidato (cf. decisão publicada no DJe nº 30).
3. Quanto à possibilidade de decretação, ex officio, de extinção do processo sem resolução do mérito, o 267, § 3º, do CPC, é expresso em prever essa possibilidade.
4. À unanimidade, negado provimento ao recurso de agravo.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, conhecer e, no mérito, negar provimento ao presente Recurso de agravo, mantendo incólume a decisão monocrática do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira, tudo nos termos do voto e das inclusas notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 27. MAIO. 2014

Jorge Américo Pereira de Lira  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

112  
a

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA CAUTELAR INOMINADA N. 031 7953-3

AGRAVANTE : ROBSON ARAÚJO DO NASCIMENTO  
ADVOGADO : JOSÉ FOERSTER JÚNIOR OAB/PE 07368  
AGRAVADO : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : ANTÔNIO FIGUEIREDO GUERRA BELTRÃO  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA,  
RELATOR:

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão proferida nos autos da cautelar inominada em epígrafe, em que, com fundamento no artigo art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil e no art. 74, VIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, negou seguimento à medida cautelar em face da perda superveniente do objeto.

ROBSON ARAÚJO DO NASCIMENTO propôs medida cautelar, por dependência a apelação nº 0278852-1, anteriormente distribuída à presente Relatoria, na qual os autores pleiteiam liminarmente, e *inaudita altera pars*, que não sejam desligados da 6ª Turma CFS 2010.6 do Curso de Formação de Sargentos da PMPE ou, acaso já estejam desligados, que sejam a ela reintegrados, possibilitando sua nomeação e posse no cargo de Sargento PMPE.

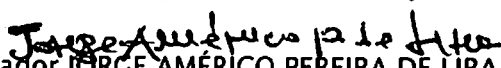
Em suas razões recursais, o agravante em nada inovou, limitando-se a reiterar os termos da medida cautelar, sem maiores dilações, cf. fls. 67/97.

Assim sendo, o recorrente requer que esta relatoria retrate-se da decisão vergastada. Em não havendo juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

É o que, de relevo, se tem a relatar.

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, cf. art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

Recife, 27. MAIO, 2014

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

113  
12

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA CAUTELAR INOMINADA N. 0317953-3

AGRAVANTE : ROBSON ARAÚJO DO NASCIMENTO  
ADVOGADO : JOSÉ FOERSTER JÚNIOR OAB/PE 07368  
AGRAVADO : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : ANTÔNIO FIGUEIREDO GUERRA BELTRÃO  
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA,  
RELATOR:

VOTO

Entendo que a decisão monocrática proferida às fls. 60/62 deve, à evidência, permanecer incólume.

Houve a perda superveniente do objeto desta medida.

Isso porque ocorreu o julgamento do recurso de apelação (processo principal), decidindo-se, na ocasião, pela legalidade do ato administrativo guerreado, e consequentemente, a reprovação do candidato (cf. decisão publicada no DJe nº 30).

Dessa forma, a presente medida cautelar incidental deve ser extinta, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inciso VI do CPC.

Nesse sentido: "*Encerrado o processo principal, no qual se amparou o pedido cautelar, extingue-se o processo a este relativo, por perda do objeto*" (RSTJ 147/247 in Código de Processo Civil Comentado, Theotonio Negrão, 42ª Edição, 2010).

Nesta mesma diretriz, colaciono, à título exemplificativo, os seguintes precedentes:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MEDIDA CAUTELAR AJUIZADA COM O OBJETIVO DE IMPRIMIR EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. JULGAMENTO DE MÉRITO DO RMS. PERDA DE OBJETO DA MEDIDA CAUTELAR. 1. Julgado o mérito do recurso ao qual a medida cautelar visava atribuir efeito suspensivo, ainda que não tenha transitado em julgado o acórdão, perde o objeto a medida cautelar. Precedentes. 2. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg na MC: 20772 MT 2013/0083225-6, Relator: Ministro SÉRGIO KUKINA, Data de Julgamento: 20/03/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/03/2014)*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

MY  
PR

*PROCESSUAL CIVIL - MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL - APELAÇÃO - JULGAMENTO - PERDA DO OBJETO. 1. O recurso especial combate o acórdão que extinguiu, sem resolução do mérito, ação cautelar incidental aforada, com base no art. 800 do CPC, objetivando atribuir efeito suspensivo à apelação interposta em sede de mandado de segurança. 2. Consoante notícia a própria recorrente (fl. 339), o recurso de apelação foi julgado, tendo sido interpostos recursos especial e extraordinário pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo. A resolução do mérito, ao final, por acórdão, esgotou a finalidade da medida cautelar incidental. 3. Esvaziou-se, portanto, o mérito recursal pela perda superveniente do interesse. Recurso especial prejudicado. (STJ - REsp: 702904 SP 2004/0163275-4, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 21/11/2006, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJ 29/11/2006 p. 187).*

*Medida Cautelar. Incidental em Apelação. Julgamento desta. Perda do objeto. Processo extinto, sem julgamento de mérito. (TJ-SP - Cautelar Inominada: 1287859720118260000 SP 0128785-97.2011.8.26.0000, Relator: Caetano Lagrasta, Data de Julgamento: 14/12/2011, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/12/2011)*

*\*MEDIDA CAUTELAR INOMINADA. Distribuição por dependência ao recurso de apelação. Julgamento do recurso. Perda do objeto. Extinção, sem resolução do mérito. EXTINÇÃO DA MEDIDA. (TJ-SP - Cautelar Inominada: 370109820118260000 SP 0037010-98.2011.8.26.0000, Relator: Afonso Bráz, Data de Julgamento: 15/08/2012, 17ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/08/2012)*

*PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL. JULGAMENTO DO APELO. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. "A medida cautelar consubstancia ação destinada a obter a antecipação da tutela jurisdicional com vistas a assegurar a eficácia do provimento definitivo nos casos de existência do periculum in mora e do fumus boni iuris. Efetivada a prestação jurisdicional principal antes do julgamento da cautelar, resta prejudicado o exame do mérito desta" (Ap. Cív. n. , de Tubarão, rel. Des. Subst. Robson Luz Varela, j. 25-5-2009). (TJ-SC - MC: 98381 SC 2010.009838-1, Relator: Vanderlei Romer, Data de Julgamento: 09/07/2010, Primeira Câmara de Direito Público, Data de Publicação: Medida Cautelar n. , de Imbituba).*

Quanto à possibilidade de decretação, ex officio, de extinção do processo sem resolução do mérito, o 267, § 3º do CPC é expresso em prever essa possibilidade. *In vebis:*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL:

Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:

(...)

VI - quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade das partes e o interesse processual;

(...)

§ 3º O juiz conhecerá de ofício, em qualquer momento e grau de jurisdição, enquanto não proferida sentença de mérito, da matéria constante dos ns. IV, V e VI; todavia, o réu que a não alegar, na primeira oportunidade em que lhe caiba falar nos autos, responderá pelas custas do retardamento.

(...)

Nesse sentido Marcelo Navarro Ribeiro Dantas comentando sobre o mencionado artigo assim diz: "*impõe-se como uma espécie de "mecanismo de filtragem", separando, dentre os pedidos que batem às portas do Judiciário, aqueles que se apresentam como passíveis de exame substancial dos que podem, de pronto, ser descartados, já por questões respeitantes à existência e validade do processo, apenas, através do qual se desenvolve a ação, já por motivos que prenunciam ser esta mesma insuscetível de levar a uma decisão de fundo sobre o direito invocado*".

Nessa contextura, percebe-se que a matéria se apresenta suficientemente clara, não tendo trazido o agravante qualquer alegação que pudesse ensejar o juízo de retratação por esta relatoria.

Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de agravo, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto

Recife, 27. MAIO, 2014

*Jorge Américo Pereira de Lira*  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator